

SECAS: UMA “TRAGÉDIA SOCIOECONÔMICA”

Claudeam Martins da Gama¹, Monalisa Cristina Silva Medeiros², Janierk Pereira de Freitas³, José Adailton Lima Silva⁴, João Damasceno⁵

¹Filiação: Universidade Estadual da Paraíba-UEPB;

dean_martins@hotmail.com

²Filiação: Universidade Federal de Campina Grande-UFCG;

monalisacristinasm@hotmail.com

³Filiação: Universidade Federal de Campina Grande-UFCG;

janierk_pfreitas@hotmail.com

⁴Filiação: Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

adailton_limasilva@hotmail.com

⁵Filiação: Prof. Dr. Titular da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB

jdamasceno_uepb@hotmail.com

RESUMO

As Secas são fenômenos naturais que se caracterizam pela falta de precipitação que se verifica todos os anos em diversas regiões do mundo. Contrariamente aos outros fenômenos naturais, que geralmente atuam de forma rápida e com impactos imediatos, a seca é o “desastre natural” de origem meteorológica e climatológica complexa, e que afeta mais pessoas e durante mais tempo que qualquer outro. Os impactos resultantes deste fenômeno variam conforme a escala espacial e temporal. No Brasil, especificamente na região semiárida, os longos períodos de seca provocam graves prejuízos econômicos, atingindo os vários setores econômicos como o agrícola, pecuário e de recursos hídricos, o que leva à queda na produtividade agropecuária e, em muitos casos, à escassez de alimentos. Tem-se, ainda, que durante os períodos secos, o homem exercer uma pressão sobre os recursos naturais com uma má gestão do uso do solo e com práticas agrícolas inadequadas, ações estas que contribuem para a degradação dos solos e dos recursos hídricos, aumentando a vulnerabilidade das populações a eventos de seca. Nesta perspectiva, o presente trabalho objetiva, a partir de fundamentos teóricos, uma abordagem dialética sobre os impactos das secas numa óptica de “tragédia socioeconômica” advinda deste fenômeno. Embora as secas sejam um fenômeno natural que não poderá ser evitado, os seus impactos poderão ser minimizados através da oferta, em quantidade e qualidade, de água ou da promoção do estabelecimento de mecanismos para o seu armazenamento. Por fim, os resultados deste documento denota que é imprescindível prover medidas para viabilizar novos paradigmas das sociedades que convivem com este fenômeno, e para obter um novo cenário socioeconômico e ambiental nas áreas que sofrem os efeitos das secas.

Palavras-Chaves: Escassez d’água, consequências socioeconômicas, conviver com as secas.

ABSTRACT

Droughts are natural phenomena that are characterized by a lack of rainfall that occurs every year in various regions of the world . Unlike other natural phenomena , which usually act quickly and with immediate impacts , drought is the " natural disaster " in climatological and meteorological origin complex , and it affects more people and for longer than any other . Impacts resulting from this phenomenon vary the spatial and temporal scale . In Brazil , specifically in the semiarid region , the long periods of drought cause serious economic losses , reaching the various economic sectors such as agriculture , livestock and water resources , leading to decreased agricultural productivity and , in many cases , the lack of food. It has, moreover, that during dry periods , the man put pressure on natural resources with poor management of land use and inappropriate farming practices , these actions that contribute to the degradation of soil and water resources , increasing people's vulnerability to drought events . In this perspective , the present study aims , from theoretical foundations , a dialectical approach on the impacts of droughts in terms of ' socioeconomic tragedy ' arising from this phenomenon . Although droughts are a natural phenomenon that can not be prevented , its impacts can be minimized by offering , in quantity and quality of water or the promotion of the establishment of mechanisms for its storage . Finally , the results of this paper indicates that it is essential to provide measures to enable new paradigms societies who live with this phenomenon , and to get a new scenario socioeconomic and environmental areas suffering the effects of drought.

Key Words : water scarcity, socioeconomic impacts, living with drought.

INTRODUÇÃO

A Seca não é somente um fenômeno natural, mas também um fenômeno de dimensões econômicas, sociais e políticas secularmente presente na vida da população do semiárido brasileiro.

Desde muito tempo, as secas e a consequente crise da água, foram motivo de interesse a alguns à medida que conseguem transformar a escassez em vantagens, aproveitando-se, sobretudo, da pobreza política da sociedade em geral. Como consequência, apesar de todos os avanços culturais, sociais e tecnológicos disponíveis, as mudanças e as inovações que conduzem à convivência com a escassez hídrica e ao desenvolvimento sustentável se tornam distantes na região semiárida do Brasil.

Para compreender a relação estabelecida entre as secas e seu “impacto socioeconômico” sobre as sociedades, o presente estudo parte de uma análise detalhada de um contexto mais amplo da sociedade e de seus processos associados, onde as vulnerabilidades das pessoas frente às secas ou outras ameaças ambientais estão intimamente relacionadas com sua capacidade para prever, enfrentar, resistir e se recuperar dos “impactos” providos pelas secas.

A seca, apesar de ser um fenômeno natural, sempre tem gerado dificuldades sociais para as pessoas que convivem com a mesma. Com os longos períodos de estiagem torna-se difícil o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais. Desta forma, a seca provoca a falta de recursos econômicos, gerando fome e miséria, além da escassez hídrica. As secas atingem, ainda, as plantações e as safras o que reduz a oferta de alimento, comprometendo assim a alimentação de milhares de pessoas e provendo inúmeras vítimas de doenças. Em síntese, as secas promovem um cenário de “tragédia socioeconômica” onde a convivência com seus efeitos torna-se cada vez mais uma necessidade impar.

Finalmente, as populações que convivem com “impactos socioeconômicos” advindos das secas, ficam a mercê da dependência de ações públicas assistencialistas que nem sempre funcionam e, mesmo quando funcionam, não geram condições para o desenvolvimento sustentável da região. Neste sentido, o presente trabalho objetiva: discutir a origem dos fenômenos das secas, suas consequências para com os aspectos socioeconômicos, e buscar prover conhecimentos sobre medidas, ações e mecanismos de organização social e política que possibilite a gestão de recursos hídricos no semiárido e a convivência com o fenômeno das secas.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho busca conduzir uma discussão teórico-dialética sobre a relação de causa e efeito atribuído ao fenômeno das secas e suas consequências socioeconômicas. Neste sentido, o referente estudo parte do pressuposto de que as consequências sociais e econômicas atribuídas ao fenômeno das secas não podem ser entendidas quando consideradas isoladamente, ou seja, as consequências podem ser tanto de ordem política, econômica, cultural, social e ambiental. Dessa forma, sabe-se que no universo nada está isolado, tudo é movimento e mudança, tudo depende de tudo (WOLF & MURAKAMI, 1995).

O presente estudo levou em consideração fundamentos teóricos sobre os aspectos socioeconômicos e ambientais correlacionados aos eventos das secas, buscando sintetizar este fenômeno natural como uma “tragédia socioeconômica”.

Gil (1999, p.42) ressalta que a pesquisa é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental desta pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Neste sentido, torna-se indispensável propor respostas plausíveis sobre quais os efeitos advindos das secas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A definição e origem das Secas

A condição de semiaridez é um elemento marcante no quadro natural da região Nordeste do Brasil e em parte do norte do estado de Minas Gerais, áreas estas que estão sobre o

domínio das Secas. Segundo Sales (2002) esta condição se deve em grande parte à variabilidade pluviométrica espacial e temporal inerente a este tipo climático.

Blain e Brunini (2005) definem climatologicamente a Seca como sendo o fenômeno que ocorre quando a precipitação pluvial de uma região diminui consideravelmente em relação ao que seria climatologicamente esperado. Ainda segundo os autores a maior parte dos trabalhos científicos reconhece quatro tipos de seca: meteorológica, hidrológica, agrícola e socioeconômica.

As principais causas da seca no semiárido brasileiro são naturais. O fenômeno das secas ocorre numa área em que as chuvas ocorrem poucas vezes durante o ano. Esta área recebe pouca influência de massas de ar úmidas e frias vindas do sul. Logo, permanece durante muito tempo, no sertão nordestino, uma massa de ar quente e seca, não gerando precipitações pluviométricas (chuvas).

De forma sucinta, o fenômeno das secas no Brasil se dá por causas naturais, pois as regiões semiáridas brasileiras que convivem com as secas se caracterizam como uma região que apresenta alta variabilidade climática, ocorrendo quando a chamada zona de convergência intertropical (ZCIT) não consegue se deslocar até a região Nordeste no período verão-outono no Hemisfério Sul, sobretudo nos períodos de El Niño.

No Brasil, a ocorrência dos eventos ENOS influencia as condições climáticas de muitas regiões distintas, estando associado ao aumento de chuvas na região Sul e às secas prolongadas na região Nordeste (WOLF & MURAKAMI, 1995).

Consequências da Seca: reflexos socioeconômicos e ambientais

Para Khan e Campos (1995), de todas as regiões do Nordeste rural, a zona semiárida constitui a zona-problema pela periódica ocorrência de fortes secas, que reduzem significativamente os volumes de produção e incidem drasticamente sobre ampla população sem terra e de escassos recursos financeiros.

As consequências da seca para a população rural do semiárido nordestino são sempre catastróficas, pois promovem a desestruturação do já frágil sistema socioeconômico da região, deixando em seu rastro a miséria aguda, doenças ou epidemias e enormes migrações (KHAN, *et al* 2005).

No tocante ao aspecto social, Dixon (1989) afirma, em importante e pioneiro trabalho sobre a economia das regiões secas, que "os sintomas básicos da degradação das terras secas são os desequilíbrios entre as relações sociais e os ecossistemas naturais dos quais dependem". Dessa forma, a relação "homem e campo" é desestruturada e como consequências se têm outras vertentes: êxodo rural, abandono de terras agropastoris, redução da produtividade de alimentos, inchaços urbanos, aumento relativo da pobreza.

Quando da existência de degradação nas regiões semiáridas, a exemplo das atividades mal desenvolvidas na agricultura, tem-se como resultado, além do enorme prejuízo causado pela quebra de safras e diminuição da produção, o custo quase incalculável de recuperação da capacidade produtiva de extensas áreas agrícolas e da extinção de espécies nativas (SILVA, 2010).

Contemporaneamente, o convívio com condições climáticas adversas (baixo índice pluviométrico, ocorrência de secas, etc.) tem forçado o homem do campo a realizar maiores pressões sobre as terras agropastoris: o uso intensivo do solo pela agricultura; sobrepastoreio; extração indiscriminada da vegetação nativa, etc.

A natureza e magnitude dos desastres causados pelas secas no Brasil são resultados da combinação entre a ausência ou irregularidade das chuvas com a falta de organização da produção agrícola (ANDRADE, 1985). Neste sentido, Campos (1995) afirma que o impacto do desastre devido a seca só pode ser compreendido dentro de um contexto mais amplo da sociedade e de seus processos associados, onde as vulnerabilidades das pessoas frente às secas ou outras ameaças ambientais, está intimamente relacionada com as características dos membros das sociedades, em termos de sua capacidade para prever, enfrentar, resistir e se recuperar do impacto.

Sucintamente, os efeitos e consequências das secas sobre a frágil organização socioeconômica do semiárido brasileiro são seculares, e tem mantido ao longo do tempo um entendimento de que as Secas proporcionam uma verdadeira tragédia socioeconômica. Dessa forma, torna-se louvável que se possa analisar os reflexos das secas no contexto social, ambiental e econômico de tal forma que proporcione desmistificar ou revelar o verdadeiro sentido das secas enquanto tragédia para homem.

Finalmente, conhecer os problemas advindos das secas é tão imprescindível quanto prover medidas que viabilizem novos paradigmas das sociedades para conviverem com este fenômeno natural. É preciso buscar meios para um fim: obter um novo cenário socioeconômico e ambiental nas áreas que sofrem os efeitos das secas.

Convivendo com as Secas

Sabe-se que as Secas são fenômenos climáticos naturais possíveis de serem previstos. Dessa forma, não se deve combater a Seca, mas sim conviver com ela (SILVA, 2010).

O semiárido brasileiro, o qual está sobre o fenômeno das secas, apresenta uma rica biodiversidade e um “corpo natural” que resguarda muitos recursos naturais. Neste sentido, conviver com as condições climáticas adversas (secas) é possível, bastando ao homem local “gerenciar” melhor suas ações sobre o meio ambiente de tal forma que o uso racional dos recursos naturais possa prover o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade ambiental.

Num plano de convivência com as secas é imprescindível se pautar em ações que viabilizem o desenvolvimento social e econômico junto com o uso sustentável dos recursos naturais, para tanto são necessárias medidas mitigadoras, tais como:

- Elaboração de programas de monitoramento sobre o fenômeno das secas e suas proporções;
- Fortalecimento da comunicação e do fluxo de informação sobre a seca, e sensibilização da população das áreas afetadas;
- Compatibilizar Programas de Reestruturação para as famílias atingidas pela seca, com as políticas nacionais e regionais, buscando a implementação de ações compartilhadas;
- Apoiar e promover o treinamento em serviço de técnicos, visando à formação de equipes regionais capazes de atender o potencial de demanda nessa área.
- Deve ser implementada efetivamente, no âmbito da Agenda 21, a “Convenção para Combate à Desertificação nos países que sofrem de seca e ou desertificação”, da qual o Brasil é signatário;

De forma lacônica, sabe-se que efetivamente a crise da água interessa a alguns à medida que conseguem transformar a escassez em vantagens, aproveitando-se, sobretudo, da pobreza política da sociedade em geral. Nesse contexto, a avaliação dos potenciais hídricos das áreas que sofrem com escassez hídrica, não pode ser objeto de simples inventário. Deve-se considerar também o que falta fazer para que o conhecimento de tais potenciais possa minimizar o quadro de pobreza amplamente manipulado e arduamente tolerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso atender a reivindicação mais imediata: água para consumo humano. A água como um bem público, dotado de valor econômico, elemento imprescindível ao processo produtivo e ao desenvolvimento, deve, portanto, ter sua utilização e gestão democratizada.

Sucintamente, é indispensável conhecer os efeitos negativos das secas que por ventura designam um estado de “tragédia socioeconômica”, e dessa forma realizar ações que se antecipem à existência dos problemas advindos das secas, pois utilizar de medidas paliativas após a ocorrência do problema são formas que atendem a muitos “interesses”, e não as necessidades das populações que sofrem com as árduas consequências da seca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, G.O; 1968. Panorama dos recursos naturais do Nordeste. Imprensa Universitária – UFPE, 61 p.

BLAIN, G. C. & BRUNINI, O.; 2005. Avaliação e adaptação do Índice de Severidade de Seca de Palmer (PDSI) e do Índice Padronizado de Precipitação (SPI) às condições climáticas do Estado de São Paulo. *Bragantia* [online]. vol.64, n.4, pp. 695-705. ISSN 0006-8705.

CAMPOS, J. N. S.; 1995. Vulnerabilidade do semiárido às secas, sob o ponto de vista dos recursos hídricos. Brasília, Projeto ÁRIDAS–RH, SEPLAN/PR.

- GIL, Antônio Carlos; 1999. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas.
- KHAN, A. S.; CAMPOS, R. T.; 1995. Efeitos das secas no setor agrícola do Nordeste. In: GOMES, G.M, et al. (Org.). Desenvolvimento sustentável no Nordeste. Brasília, DF: IPEA, p. 175-193.
- KHAN, A. S.; CRUZ, J. A. N.; SILVA, L. M. R.; LIMA, P. V. P. S.; 2005. Efeito da seca sobre a Produção, a Renda e Emprego Agrícola na Microrregião Geográfica de Brejo Santo e no Estado do Ceará. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 36, nº 2, abr-jun.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos recursos Hídricos e da Amazônia Legal; 1997. Projeto BRA 93/036 – Elaboração de uma Estratégia e do Plano nacional de Combate à Desertificação. Brasília.
- NEVES, F. C.; 2001. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. Rev. bras. Hist. [online], vol.21, n.40, pp. 107-129. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n40/a06v2140.pdf>.
- PATRICIO, M. C. M.; SILVA, V. P. R.; RAMOS M. G. O.; 2010. O Processo de Degradação Ambiental em Gilbuéis-PI, UFCG – CTRN, Campina Grande, PB.
- SALES, M. C. L.; 2002. Evolução dos Estudos de Desertificação no Nordeste Brasileiro. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 11, PP 115-126.
- SILVA, Jose Adailton Lima; 2010. UMA DISCUSSÃO SOBRE DESERTIFICAÇÃO: caso do município de Pedra Lavrada-PB. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação.
- WOLF, A.T. & MURAKAMI, M.; 1995. Techno-political decision making for water resources development: The Jordan river watershed. Water resources development, v. 11, n. 2, p 147-162.